

O hábito na formação do conhecimento segundo Hume

Janaína Gonçalves de Jesus¹

Resumo: O presente artigo tem como tema central o problema do hábito no pensamento de David Hume, em que se busca examinar como funciona esse mecanismo, tanto na natureza humana quanto nos demais animais, e qual a sua relevância para a formação do conhecimento causal. Paralelamente, busca analisar a proximidade e as diferenças entre os seres humanos e os demais animais.

Palavras-chave: Hume. Hábito. Conhecimento. Natureza. Animais.

Abstract: This paper deals centrally with the matter of custom in the thought of David Hume, examining this mechanism both in human nature and in other animal's and clarifying what is its relevance to the emergence of causal knowledge; in parallel, this paper also deals with the similarities and differences between humans and other animals.

Keywords: Hume. Custom. Knowledge. Nature. Animals.

O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE

Na seção três da obra *Investigações sobre o Entendimento Humano*, David Hume divide as questões filosóficas em duas categorias, que ele respectivamente denomina “relações de ideias e questões de fatos” (HUME, 1998, p. 43). Para Hume, as questões de fato são aquelas que não podem encontrar contradição com a mente e a realidade externa, ambas devem se encontrar ajustadas. No presente artigo, iremos nos ocupar das questões de fato com o princípio da causalidade e sua relação com o hábito.

Para Hume, todas as nossas ideias, atos e até mesmo os diversos acontecimentos físicos da natureza têm um princípio de conexão, algo que une um fato ao outro, como uma espécie de cimento, fazendo com que se estabeleça uma relação de unidade entre um fato após o outro. Para o filósofo em questão, há três princípios básicos de conexão, conceituados por ele como *semelhança*, *contiguidade* e *causa e efeito*, sendo esse último o mais discutido no presente artigo.

O princípio de causalidade é de grande importância para Hume: “[...] todos os raciocínios referentes a questões de fato parecem fundar-se na relação de causa e efeito” (HUME,

1 Janaína Gonçalves de Jesus foi bolsista da FAPEMIG e foi orientanda do Prof. Dr. Bruno Batista Pettersen em sua iniciação científica, concluída em 2017, como estudante de Filosofia. Seu plano de trabalho esteve vinculado ao projeto de pesquisa de seu orientador, intitulado “As duas investigações de Hume”, dentro da linha de pesquisa Ética. Janaína graduou-se em Filosofia pela FAJE em 2018 e atualmente cursa o Mestrado em Filosofia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É também professora no Colégio Santo Agostinho. E-mail da autora: janaineggoncalves@gmail.com

1998, p. 44). É através dessa relação que se dá a apreensão da realidade para além do que é apresentado de imediato, tanto para os sentidos quanto para a memória - essa associação vai além da percepção imediata, se encontra vinculada às impressões.

A relação de causa e efeito não é uma operação que vem a priori, já que sua base procede da experiência, e logo é um dos princípios da natureza que precisa ser observável, pois se dá de forma empírica, e não algo de cunho “meramente filosófico”. Na medida em que um fato ocorre de forma regular, e se tenha experiências uniformes e não particulares, nos deparamos com uma situação em que a experiência passada dita a direção que o fato presente irá tomar.

Para Hume, é impossível que a pessoa se familiarize com algo dependendo puramente de reflexões abstratas, pois qualquer particularidade poderia facilmente ser apreendida pela razão como uma regra geral, e, sendo assim, essa associação, que é tão necessária para a harmonia dos seres com todo o ambiente, não se encontra vinculada à razão. A razão por si mesma é falha, é sempre tardia em relação aos fatos, diferente dos instintos, que estão no ser humano desde a infância e são aprimorados com o passar do tempo, sendo assim justificados pela experiência. Além disso, a razão não precisa necessariamente estar ancorada na realidade externa, enquanto os instintos têm seu fundamento nele, e se encontram amparados pela constância com que ocorreram.

Como o ser humano não possui a capacidade de prever o futuro, tem a necessidade da experiência para que, ao fazer uma ligação com o passado, seja possível inferir o novo que é apresentado. Contudo, na maioria das vezes essa associação tão necessária passa despercebida, já que se encontra inúmeras vezes camuflada pelo hábito. Nessa direção, Hume (1998) afirma:

Seria muito sagaz o homem capaz de descobrir pelo simples raciocínio que o cristal é o efeito do calor e o gelo o efeito do frio, sem estar previamente familiarizado com as operações dessas qualidades (HUME, 1998, p. 51)

Hume admite que uma pessoa que nunca conheceu um objeto, ao ter um primeiro contato com ele, não pode falar sua utilidade, uma vez que, mesmo que a razão busque alguma função para ele, ela será atribuída de modo arbitrário. Isso ocorre pois, para Hume, qualquer explicação sem a devida observação poderia ser aceita, ou considerada lógica, desde que possua razoabilidade; sendo assim, qualquer pensamento que surgir será considerado válido, em razão de não haver experiência para confirmar ou mesmo descartar essa inferência.

Contudo, diferentemente do que se pensa, essa associação também não se dá de forma intuitiva, pois a intuição não tem como fundamento uma observação, mas sim algo da ordem do imediato, totalmente contrária à relação de causa e efeito, que demanda uma observação constante e regular de um fato.

A relação de causa e efeito está associada à dimensão da experiência, e por isso é também suscetível ao erro. Por mais que a natureza tenha uma regularidade em seu fluxo, não há nenhum princípio de obrigatoriedade que a faça livre de mudanças, mas nós esperamos que a probabilidade de situações semelhantes à situação ocorrida na dimensão experiencial tenha um mesmo resultado no futuro. Porém, a experiência é semelhante a um gatilho disparado pela própria natureza, isto é, algo mecânico cognitivo que se encontra em harmonia com todo o ambiente de que faz parte, visto que não seria possível a sobrevivência da vida animal como um todo se fosse necessário o exame constante de cada situação. Neste sentido, diz Hume:

Quando lanço ao fogo um pedaço de madeira seca, minha mente é imediatamente levada a conceber que isso aumentará as chamas, não que as extinguirá. Essa transição de pensamento da causa para o efeito não procede da razão, mas deriva sua origem inteiramente do hábito e da experiência (HUME, 1998, p. 78).

Entretanto, Monteiro admite que a relação de causa e efeito vai além de algo puramente observável no que diz respeito ao observado, visto que esse utiliza-se de fatos além dos que são apresentados aos sentidos de forma imediata e a memória. Mas deve se ter de forma clara que “[...] apenas o observador é assim transcendido, não o observável” (MONTEIRO, 2009, p. 31).

Isso demonstra que a conclusão que retiramos da experiência de causa e efeito não tem fundamento no raciocínio, nem mesmo no processo do entendimento, mas sim no hábito, o que Hume chama de “costumeira sabedoria da natureza”.

Todavia, em momento algum nessa expressão o empirista faz referência a qualquer interferência divina que ordene as leis e o curso da natureza, mas atribui à própria natureza a responsabilidade por sua regularidade, além do presente no comportamento dos seres humanos e outros animais. “Uma explicação teleológica do hábito e do sucesso de suas operações, como causas finais, não poderia nunca merecer mais do que o desprezo e a ironia de Hume” (MONTEIRO, 2009, p. 111). Sendo assim, podemos perceber que a filosofia humeana busca uma reflexão em que as faculdades atribuídas ao ser humano são compreendidas como consequência exclusiva da natureza, e nunca por qualquer interferência externa a ela, pois a ordem da natureza encontra-se nela própria e somente é possível sua compreensão a partir da sua observação.

O MECANISMO DO HÁBITO

O hábito no pensamento humeano é um tema de grande amplitude; esse artigo busca focar em sua construção, e, em seguida, na proximidade dessa ordenação nos seres humanos e demais animais. Segundo o empirista:

Após ter experimentado a sensação de dor ao tocar a chama de uma vela, uma criança tomará todo cuidado para não aproximar a mão de qualquer outra vela, antevendo um efeito semelhante de uma causa que é semelhante em sua aparência e qualidades sensíveis (HUME, 1998, p. 59).

O hábito para Hume é uma capacidade que o ser humano desenvolveu, a partir da experiência de um fato vivido ou mesmo observado, de conseguir repeti-lo sem empregar o raciocínio como seu pilar, utilizando-se apenas da própria experiência. Trata-se de algo semelhante a um dispositivo automático que a natureza nos fornece, tendo como ato central a repetição.

Devemos ter em mente que o hábito em si mesmo não pode ser observável. Segundo Monteiro, o hábito é um “termo teórico” usado por Hume para nomear todo o processo de conhecimento causal que é desenvolvido pelo ato da repetição, que é, por sua vez, observável. Com isso podemos denominar hábito essa ordenação de repetição própria da natureza humana e dos demais animais.

É notório o valor do hábito para a manutenção da vida, uma vez que auxilia nas escolhas, desde o que é ou não conveniente para nossa alimentação, até mesmo em assuntos de maior complexidade, como a moral, a economia e a política - tornando possível, assim, a sobrevivência e organização humanas. Diante disso, Hume afirma que o hábito é “o grande guia da vida humana” (HUME, 1998, p. 67), porquanto é através dele que a experiência não só se ressignifica, mas também se torna uma ferramenta que possibilita ao ser humano criar expectativas e acumular conhecimento.

Segundo Hume, para que haja a possibilidade de o hábito ser formado, é fundamental que as conclusões tenham como base os fatos passados para um mesmo fenômeno que se apresenta no presente. Essa capacidade faz com que não nos deparemos com situações inteiramente novas a todo o momento, criando assim uma bagagem de conhecimento. Aqui a memória e os sentidos têm um papel de suma importância, não de forma racionalizada, mas sim de associação, dado que tanto os sentidos quanto a própria memória buscam esse elo com situações anteriores para delas tirarem suas inferências. Caso não fosse dessa forma, todas as situações e objetos seriam sempre novos, todo acontecimento teria um fim ali mesmo, não sendo possível, como mencionado anteriormente, a construção e o acúmulo de conhecimento.

Hume afirma que é pelo hábito que a experiência se torna útil, uma vez que o acúmulo de conhecimento se baseia em fatores instintivos e não tanto racionais, e é através da repetição que se forma esse saber primário, para que, a partir daí, ele possa se refinar e adequar com o passar do tempo. A esse respeito, ele diz:

Pois sempre que a repetição de algum ato ou operação particulares produz uma propensão a realizar novamente esses mesmo ato ou

operação, sem que se esteja sendo impelido por nenhum raciocínio ou processo do entendimento, dizemos invariavelmente que essa propensão é o efeito do hábito (HUME, 1998, p. 64).

Na medida em que Hume afirma que essas decisões da natureza não são tomadas pela razão, mas sim por um instinto natural, ele não tira o valor e o lugar da razão, mas a tira da posição de fundamento de todas as decisões humanas. Desse modo, o filósofo em questão concede à razão uma posição de subordinado aos instintos e não mais o papel de liderança, que até o presente momento lhe era concedido pelos racionalistas.

Todavia, podemos nos perguntar até que ponto o hábito não é algo fictício ou mesmo fruto da imaginação humana. Para o filósofo isso não é possível, pois para que aconteça a associação é necessário “[...] que algum fato esteja presente aos sentidos ou a memória, para que dele possamos partir em busca dessas conclusões” (HUME, 1998, p. 68). Podemos perceber nessa situação que a mente se ancora nas impressões, que por sua vez são mais vívidas que as ideias, além de estarem ligadas diretamente à memória e às sensações.

Ao nos depararmos com um objeto ou situação, buscamos imediatamente uma semelhança com algo que está presente em nossa memória e sentidos, esperando de situações semelhantes o mesmo resultado – e para isso faz-se necessário que haja um elo entre o que se apresenta e a impressão presente na memória. Contudo, por se tratar da memória, a lembrança é trazida de forma apagada, mas a contiguidade faz com que essa lembrança tenha uma lógica, que não seja dispersa, mas que tenha uma conexão além da relação de causa e efeito anteriormente abordada.

O HÁBITO NOS ANIMAIS

O mecanismo do hábito nos demais animais, segundo Hume, se dá da mesma forma que no ser humano, pois em ambos os casos o conhecimento primário vem por meio da observação, sendo um processo puramente instintivo, distante de processos racionais complexos, apoiando-se nos sentidos. Sobre esse processo complexo, o autor diz:

[...] parece evidente que os animais, tanto quanto os seres humanos, aprendem muitas coisas a partir da experiência, e inferem que os mesmos acontecimentos irão seguir-se sempre da mesma causa (HUME, 1998, p. 138).

Essa máxima se torna clara ao passo que um animal mais velho tem maior acúmulo de conhecimento que os mais jovens, além dos inúmeros exemplos de adestramento de animais ou mesmo truques que são aprendidos facilmente, desde que amparados pela repetição. Em todos esses casos é notório que se tem como base o hábito, e não a razão pura.

Assim como os seres humanos, os outros animais buscam fatos além dos que se apresentam aos seus sentidos no presente momento, apoiando-se na experiência obtida por situações passadas para conseguir resultados para as novas situações que os atingem.

Essa faculdade, tanto nos seres humanos quanto nos animais, não pode depender de processos puramente racionais, uma vez que seriam complexos demais para serem acionados a todo o momento, principalmente em situações emergenciais, necessárias à sobrevivência. O costume é uma ferramenta oferecida pela natureza tanto para o ser humano quanto para os demais seres, que auxilia desde as funções básicas, como alimentação e proteção, às mais complexas. Como explicita Hume:

Aquilo que ensina um homem a evitar um fogo é um instinto, ainda que seja um instinto diferente daquele que, com tanta exatidão, ensina um pássaro a arte da incubação e toda a economia e organização de seu ninho (HUME, 1998, p. 142).

Diante disso, podemos perceber o olhar naturalista de David Hume, que percebe toda a cognição humana como estando em harmonia com a natureza, nunca com um caráter metafísico - o ser humano na sua filosofia faz parte da natureza e não é algo à parte. Hume buscou compreender a mente humana e todas as suas faculdades como algo natural, não estando de forma alguma fora do mundo, e por isso também o ser humano sofre todas as influências da natureza, uma vez que se encontra sujeito às suas leis, assim como os demais seres vivos, expondo assim também o seu limite cognitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a natureza nos ter colocado no mesmo patamar que os animais no que se refere às inferências das situações presentes tendo como base a observação de fatos passados, o ser humano se vê amparado por inúmeros fatores que o diferenciam dos demais animais, como a linguagem utilizada como uma catraca cultural - que permite a transmissão de conhecimento de um indivíduo para os outros, mesmo que eles se encontrem em épocas e situações diferentes.

Outro elemento que deve ser levado em consideração é o testemunho humano, que nos é transmitido tanto por meio da linguagem oral quanto através de outras expressões, como livros, pinturas, músicas e outras ferramentas criadas e manipuladas pelo próprio ser humano para que o seu conhecimento causal, o primeiro oferecido pela natureza, possa passar também pelo crivo da razão e reflexão, transformando-se e ampliando.

A reflexão aqui apresentada nos mostra que um estudo na contemporaneidade sobre o conhecimento humano e dos demais seres deve levar em consideração tanto as bases biológicas como toda a influência do convívio social. Negar qualquer um desses fatores no processo de formação do conhecimento

seria perceber o ser humano de forma fragmentada e não em toda sua complexidade.

REFERÊNCIAS

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano*. São Paulo: UNESP, 1998.

MONTEIRO, João Paulo. *Hume e a epistemologia*. São Paulo: UNESP, 2009.